

PROGRAMA UNIVERSIDADE NO QUILOMBO: VIVÊNCIAS CULTURAIS AFRICANAS NA E.M.E.I.F CASTELO DO SABER CASTANHAL PARÁ

Alexsandro Arthur Caxias dos Santos¹

Ana Bruna Cruz Belo²

Dayla Gama Araujo³

Erick Junio Aires Batista⁴

Orientador: Assunção José Pureza Amaral⁵

RESUMO

O presente estudo analisa o impacto do Programa "Universidade no Quilombo" na valorização e ressignificação das vivências culturais afro-brasileiras na E.M.E.I.F. Castelo do Saber (turma do 4º ano do Ensino Fundamental), localizada em Castanhal, Pará. Fundamentado nos pressupostos teóricos da Educação Quilombola (Santana, 2015; Gomes, 2017) e da Pedagogia Decolonial (Walsh, 2019), o estudo adota uma abordagem qualitativa, por meio de observação participante e entrevistas semiestruturadas com docente. O programa, ao promover atividades interdisciplinares e práticas pedagógicas baseadas na oralidade, música, dança e contação de histórias, contribui para o fortalecimento da identidade étnico-racial dos estudantes e para a construção de um currículo mais representativo. Os resultados evidenciam que a inserção de saberes ancestrais na escola estimula o pertencimento cultural, reduz o preconceito e amplia o reconhecimento das contribuições africanas na formação histórica e social do Brasil. Além disso, destaca-se a relevância da universidade como mediadora na implementação de políticas educacionais afirmativas voltadas às comunidades quilombolas. Assim, o estudo aponta para a necessidade de ampliação de programas similares, visando consolidar práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e promovam a equidade no acesso ao conhecimento.

Palavras-chave: Educação Quilombola, Identidade cultural, Pedagogia decolonial, Ensino interdisciplinar, Equidade.

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos o percurso da educação escolar no Brasil, desde sua consolidação até os dias atuais, percebemos que o incentivo à valorização de um processo educativo que resgate e destaque a história e a cultura africana é algo bastante recente. Segundo Carvalho (2018), foi apenas a partir de 2003 que as políticas públicas voltadas à

¹Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará – UFPA, alexsandroarthur828@gmail.com;

²Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará – UFPA, brunnabello27@gmail.com;

³Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará – UFPA, daylaaraujo566@gmail.com;

⁴Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará – UFPA, erickaires2003@gmail.com;

⁵ Doutor em Ciências: desenvolvimento socioambiental da Universidade Federal do Pará - UFPA, amaral112j@gmail.com



população negra começaram a receber maior incentivo e apoio governamental, evidenciando o quão recente é a oficialização de uma educação comprometida com os conhecimentos, saberes e culturas que compõem as vivências afro-brasileiras.

Nesse sentido, Carvalho (2018) destaca que os movimentos negros no Brasil são fundamentais para a construção de uma educação que realmente valorize as populações negras. Esses movimentos, marcados por conflitos, desafios e disputas por poder, enfrentaram historicamente a negação de direitos, espaços e de voz aos homens e mulheres que fazem parte da comunidade negra.

Gomes (2017) destaca que o movimento negro, marcado por suas lutas históricas, também se constitui como um importante educador. Isso significa que, dentro do próprio movimento, é produzido um conhecimento que ultrapassa os limites do saber acadêmico e teórico, pois emerge das experiências, práticas e resistências que configuram o ser negro no Brasil.

Assim, o movimento negro atua como um espaço de produção epistemológica e pedagógica, questionando a hegemonia do conhecimento eurocentrado e afirmando outras formas de saber e de existir. Essa dimensão educativa se reflete na formação de sujeitos críticos e na transformação de instituições, especialmente a escola e a universidade, que passam a ser desafiadas a reconhecer e incorporar os saberes e perspectivas afro-brasileiras.

Diante desse contexto, torna-se fundamental refletirmos sobre as lutas históricas das comunidades negras, e o papel que a universidade e a escola desempenham nesse processo de afirmação e transformação social. Desse modo, o presente estudo tem por objetivo geral compreender o impacto do Programa "Universidade no Quilombo" na valorização e ressignificação das vivências culturais africanas na E.M.E.I.F. Castelo do Saber, localizada em Castanhal, Pará. Isso se desdobra nos seguintes objetivos específicos: compreender as percepções de professores e alunos sobre as ações desenvolvidas pelo programa e suas contribuições para a valorização da cultura africana e refletir sobre o papel da universidade como agente de transformação social e promotora de uma educação antirracista e decolonial.

O referido programa iniciou promovendo ações de extensão articuladas à pesquisa no município de Castanhal e em regiões próximas. Além de reafirmar o compromisso social e político da universidade com as comunidades quilombolas, o programa contribuiu para o fortalecimento da identidade negra no contexto da educação escolar. Dessa forma, pode ser compreendido como um verdadeiro “movimento negro educador”, nos termos



de Gomes (2017), ao ressignificar as vivências das pessoas negras e enaltecer os saberes, os valores e a cultura do povo afro-brasileiro, partindo das próprias experiências vivenciadas nas ações de extensão.

Além disso, as ações são desenvolvidas de forma interdisciplinar, envolvendo estudantes de diversos cursos do Campus Castanhal que se integram ao projeto, como Pedagogia - curso ao qual o projeto está vinculado -, Educação Física, Sistemas de Informação, entre outros. Assim, o programa, ao promover atividades interdisciplinares e práticas pedagógicas baseadas na oralidade, música, dança, jogos e contação de histórias, contribui para o fortalecimento da identidade étnico-racial dos estudantes e para a construção de um currículo mais representativo.

Assim, trabalhos como este contribuem para a implementação e consolidação de uma educação antirracista e decolonial, ao apresentar ações desenvolvidas e analisadas no contexto real de uma escola, evidenciando a efetivação do programa. Desse modo, possui relevância social por colaborar na construção de um espaço escolar que valorize a cultura e as vivências afro-brasileiras, reafirmando o protagonismo negro. Dessa forma, evidencia experiências que deslocam a imagem da pessoa negra do lugar historicamente associado à escravidão, reconhecendo-a como sujeito de saberes e práticas significativas. Além disso, apresenta relevância acadêmico-científica ao produzir conhecimentos que fortalecem o arcabouço teórico dos estudos sobre a população negra.

METODOLOGIA

O presente trabalho adota uma abordagem qualitativa de pesquisa, com o intuito de compreender em profundidade as subjetividades dos sujeitos envolvidos. De acordo com Ludke e André (2018), esse tipo de abordagem privilegia o processo em detrimento do produto, aproximando o pesquisador de seu objeto de estudo. No entanto, embora envolva uma relação mais direta e interpretativa entre pesquisador e objeto, as autoras ressaltam a importância de manter o rigor e a objetividade metodológica, de modo a garantir a credibilidade e a validade dos dados produzidos.

Dentro dessa perspectiva, a pesquisa foi desenvolvida por meio da observação participante, permitindo a imersão no ambiente escolar e a vivência direta das ações do Programa “Universidade no Quilombo”. Essa metodologia possibilitou acompanhar as práticas, interações e percepções dos sujeitos envolvidos, favorecendo uma compreensão



mais ampla e contextualizada sobre o impacto do programa na valorização das vivências culturais afro-brasileiras.

A observação participante se estabelece por meio da interação direta entre os pesquisadores e o contexto investigado (Mattos, 2020), que, neste estudo, corresponde à escola E.M.E.I.F. Castelo do Saber, situada em Castanhal, Pará. Inicialmente, foi realizada uma visita preliminar com o objetivo de conhecer os participantes e o ambiente da pesquisa, bem como formalizar as ações de extensão e investigação. Nessa etapa, foram entregues o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) aos sujeitos envolvidos, além do ofício encaminhado à coordenação da instituição para oficializar a realização das atividades, para garantir a ética e respeito durante a pesquisa.

Além disso, para a coleta de dados e o direcionamento das ações de pesquisa, foi utilizada uma entrevista semiestruturada com as docentes participantes - uma professora regente e outra auxiliar. Esse instrumento metodológico mostra-se adequado à abordagem qualitativa, pois, segundo Mattos (2020), oferece maior flexibilidade ao pesquisador, permitindo captar de maneira mais sensível e aprofundada as percepções, experiências e subjetividades dos sujeitos envolvidos.

Após a etapa de coleta, os dados foram examinados com base no método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2016). Essa metodologia busca identificar, categorizar e interpretar os significados presentes nas falas e registros obtidos, permitindo uma compreensão aprofundada das mensagens e sentidos expressos pelos participantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao abordarmos a educação antirracista e decolonial no contexto brasileiro, é imprescindível destacar um marco histórico resultante das lutas do movimento negro: a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que tornou obrigatória a inclusão do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos da educação básica, tanto em escolas públicas quanto privadas (Brasil, 2003). Essa legislação tem como finalidade valorizar a história e a cultura afro-brasileira, reconhecer as contribuições das populações negras na formação da sociedade e combater o racismo ainda presente no país. Além disso, busca superar uma visão limitada e pontual da temática dentro dos currículos escolares, que tradicionalmente se restringe a datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra



(20 de novembro), promovendo uma abordagem contínua e integrada dessas discussões no cotidiano escolar.

A aprovação da referida lei foi resultado direto das mobilizações dos movimentos negros, que lutaram pelo reconhecimento e pela valorização da cultura africana e afro-brasileira, promovendo uma ressignificação do currículo escolar (Sabino, Calbino e Lima, 2022). Essa perspectiva exige a incorporação de uma prática de letramento racial no projeto político-pedagógico da escola - espaço de privilégio para o enfrentamento do racismo, preconceito e outras formas de violência contra a pessoa negra -, de modo que os sujeitos reconheçam suas origens, sintam-se pertencentes e desenvolvam uma postura crítica diante das relações étnico-raciais (Reis e Calado, 2020).

Tal processo fortalece o sentimento de pertencimento e possibilita o aprofundamento nos saberes de matrizes africanas, contribuindo para a consolidação de identidades negras e antirracistas no espaço escolar. Essa construção precisa estar articulada a uma epistemologia negra, que assegure a produção de conhecimentos a partir das experiências, vivências e perspectivas das populações negras (Sabino, Calbino e Lima, 2022). Trata-se de reconhecer que o conhecimento não é neutro, mas situado historicamente, e que as vozes e saberes afro-brasileiros também produzem ciência, teoria e pensamento crítico (Salles e Santos, 2025).

Essa compreensão é fundamental para o desenvolvimento de uma Pedagogia Decolonial, uma vez que ela questiona a hegemonia do eurocentrismo e propõe novas formas de ensinar, aprender e existir, baseadas na valorização da pluralidade de saberes. A Pedagogia Decolonial está, portanto, imbricada em uma perspectiva de interculturalidade crítica, que, segundo Walsh (2019), consiste em um processo de diálogo e interação entre diferentes culturas, voltado não apenas à convivência, mas à transformação das relações de poder e à construção de práticas emancipatórias. Assim, promove uma educação que reconhece a diversidade cultural como fundamento para a luta contra o racismo e todas as formas de opressão.

Nesse contexto, faz-se essencial destacar o papel da universidade na consolidação de uma pedagogia decolonial, especialmente no que se refere à efetivação das legislações voltadas à valorização da história e da cultura afro-brasileira. Embora a lei n. 10.639/2003 represente um marco fundamental na luta por uma educação antirracista, sua aplicação ainda encontra entraves significativos no cotidiano escolar.

Segundo Carvalho (2018), ainda há dificuldades para implementar a referida lei nos currículos da educação básica e também para efetivar ações voltadas às histórias e



culturas africanas e afro-brasileiras no ensino superior. Essa constatação revela que nem sempre o que está previsto nas políticas públicas se concretiza “no chão da escola”, o que reforça a importância de iniciativas que articulem teoria e prática, legislação e vivência, contribuindo para a materialização de uma educação verdadeiramente comprometida com a equidade racial.

Essa perspectiva evidencia o compromisso social que a universidade deve assumir com a sociedade, especialmente no que diz respeito ao enfrentamento do racismo e à formação de uma comunidade mais justa e equitativa. Segundo Saballa (2020), a extensão universitária possibilita aos professores um novo olhar sobre sua prática pedagógica, configurando-se como uma ação fundamental para a efetivação da lei n. 10.639/2003, sobretudo quando articulada ao ensino e à pesquisa. Para a autora, a extensão de caráter social representa um marco histórico na trajetória da universidade, uma vez que, anteriormente, as práticas extensionistas possuíam um viés predominantemente assistencialista, voltado apenas à prestação de serviços.

A partir dessa uma concepção crítica e transformadora, a extensão universitária deixa de ter um caráter meramente assistencialista e passa a promover um diálogo horizontal entre universidade e comunidade, fomentando a construção coletiva de saberes e a transformação social (Saballa, 2020). Além de impactar positivamente os professores, essas práticas extensionistas também transformam a formação dos estudantes, ao aproximá-los das realidades sociais e culturais historicamente marginalizadas, despertando neles o compromisso ético e político com a equidade racial.

Nesse sentido, as lutas contracoloniais e antirracistas encontram nas ações coletivas e emancipadoras o seu ponto de convergência, pois é nelas que se materializam as possibilidades de resistência, reexistência e produção de novos saberes. Como afirmam Reis e Calado (2020, p. 8):

As lutas contracoloniais e antirracistas, portanto, encontram nas práticas insurgentes e emancipadoras das ações coletivas o seu ponto de tangência. Visa-se uma ação transformadora da sociedade como um todo, que promova um rearranjo das formas de organização social e das estruturas que sustentam a lógica colonial-racista persistente também nas práticas e nas instituições educativas. (Reis e Calado, p. 8, 2020)

É também nessas ações coletivas que a pesquisa e a prática extensionista se articulam, dando origem ao que Gomes (2017) denomina de movimento negro educador - aquele que reafirma as raízes da ancestralidade africana, resiste às estruturas coloniais e



valoriza a cultura e os saberes afro-brasileiros. Por meio dessas práticas, o movimento negro não apenas denuncia o racismo e as desigualdades históricas, mas também produz epistemologias próprias, fundadas na experiência, na oralidade, na memória e na coletividade. Assim, a ação extensionista é justamente esse espaço coletivo de (re)existência, no qual se constrói conhecimento a partir das vivências negras e se promovem novas formas de pensar, ensinar e transformar a realidade.

É interessante observarmos como a extensão universitária tem o poder de aproximar mundos aparentemente distintos, como ocorre no Programa “Universidade no Quilombo”. Ao mesmo tempo em que desenvolve ações junto às comunidades quilombolas, o programa também atua em escolas urbanas da educação básica, promovendo um diálogo fecundo entre diferentes contextos socioculturais. Essa interação enriquece as vivências formativas dos estudantes universitários e dos alunos da educação básica, pois possibilita o acesso a saberes, práticas e experiências oriundos das comunidades quilombolas, historicamente silenciadas no espaço escolar. Nesse sentido, a educação quilombola se configura como uma forma própria de ensinar e aprender, construída a partir da ancestralidade, da coletividade e da vivência territorial, reafirmando a identidade e a resistência do povo negro (Santana, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro momento, foram desenvolvidas ações pedagógicas com os alunos do 4º ano do Ensino Fundamental, que envolveram a criação de um instrumento musical de origem africana, denominado Caxixi. Esse instrumento, comumente utilizado na capoeira, também de matriz africana, foi o ponto de partida para a construção de um diálogo sobre as manifestações culturais afro-brasileiras. Antes de iniciar a confecção do instrumento, realizamos uma conversa com os alunos a fim de compreender quais conhecimentos eles possuíam sobre a cultura africana. Entre as respostas mais recorrentes, destacaram-se a capoeira, a dança e a escravidão vivenciada pela população negra no Brasil.

Essas percepções evidenciam como a visão sobre a cultura africana ainda se encontra restrita a representações estereotipadas e históricas da escravidão, reflexo de um currículo escolar que ainda precisa proporcionar mais experiências que resgate a ancestralidade africana. Nesse sentido, como destacam Sabino, Calbino e Lima (2022), torna-se fundamental que a epistemologia negra seja mais fortemente evidenciada nas



práticas pedagógicas, de modo a ampliar as formas de conhecer e ensinar, reconhecendo a diversidade dos saberes e fazeres negros que constituem a história e a cultura afro-brasileira.

Para a confecção do instrumento, foram utilizados materiais simples e reaproveitáveis, como rolos de papel higiênico, tinta, cola e pequenas pedrinhas. As instruções limitaram-se a orientar a montagem básica do Caxixi, mas os estudantes tiveram liberdade para explorar a criatividade e imprimir características próprias em suas produções, tornando o processo autoral e expressivo. Após concluírem a construção, os alunos puderam experimentar e tocar o instrumento, vivenciando a sonoridade e o ritmo característicos da musicalidade africana (Imagem 1).

Imagem 1 – Produção do Caxixi Africano



Fonte: Acervo do autor, 2025.

Em seguida, promovemos um momento de diálogo sobre a origem do instrumento e seu contexto histórico, abordando sua presença nas tradições africanas e sua incorporação nas manifestações culturais afro-brasileiras, especialmente na capoeira. Essa experiência contribui para fortalecer o sentimento de pertencimento e possibilitar o aprofundamento nos saberes de matrizes africanas, promovendo a consolidação de identidades negras e antirracistas no espaço escolar (Sabino, Calbino e Lima, 2022). Ao mesmo tempo, evidenciamos que o conhecimento não é neutro, mas situado na história, e que as vozes e saberes afro-brasileiros também produzem ciência, teoria e pensamento crítico (Salles e Santos, 2025).



Nesse sentido, a atividade se aproxima da concepção de Pedagogia Decolonial, pois questiona a hegemonia eurocêntrica e propõe novas formas de ensinar, aprender e existir, baseadas na valorização da pluralidade de saberes africanos. A prática também dialoga com a perspectiva de interculturalidade crítica (Walsh, 2019), uma vez que promove o diálogo entre diferentes culturas, não apenas para conviver, mas para transformar relações de poder e construir práticas emancipatórias.

Assim, iniciativas como a confecção do Caxixi representam uma educação que reconhece a diversidade cultural e fortalece a luta contra o racismo, afirmando os saberes africanos como legítimos e centrais para a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua ancestralidade. Além disso, cabe destacar algumas falas dos estudantes que demonstram a importância das ações do programa dentro do ambiente escolar:

É legal criar algo assim (instrumento), a gente se senti africano. (Aluno M).

Eu nunca tinha visto um instrumento africano, é muito legal. (Aluna G).

A gente se diverte com o barulho, é diferente do violão, da guitarra, é um som esquisito e engraçado (Aluna O).

As falas dos alunos demonstram que a atividade de construção e utilização do Caxixi não se limitou à execução de uma tarefa manual, mas promoveu uma experiência significativa de vivência cultural e identidade. Quando um aluno comenta “É legal criar algo assim, a gente se sente africano” (Aluno M), evidencia-se que a prática possibilitou o fortalecimento do sentimento de pertencimento e a conexão com a ancestralidade africana, reafirmando as ideias de Reis e Calado (2020) sobre a escola ser um espaço privilegiado para o sentir-se pertencido às suas raízes.

A surpresa e curiosidade de outra aluna - “Eu nunca tinha visto um instrumento africano, é muito legal” (Aluna G) - indicam que o currículo escolar tradicional ainda apresenta lacunas quanto ao conhecimento sobre a cultura africana e afro-brasileira, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a interculturalidade crítica e a valorização de experiências fora do padrão eurocêntrico (Walsh, 2019).

Por fim, a observação de que “A gente se diverte com o barulho, é diferente do violão, da guitarra, é um som esquisito e engraçado” (Aluna O) revela que a atividade provoca engajamento afetivo e sensorial, permitindo que os estudantes experimentem novos modos de percepção sonora e cultural, alinhando-se à concepção de movimento



negro educador de Gomes (2017), que enfatiza a produção de saberes a partir da prática e da experiência.

Além disso, a entrevista semiestruturada realizada com a professora e a sua auxiliar possibilitou compreender as percepções das professoras sobre as ações desenvolvidas pelo programa e suas contribuições para a valorização da cultura africana. Como destacados nas falas das professoras:

É muito positivo ter a universidade presente nas escolas. O ambiente escolar exige muito do professor sabe, e nem sempre tem o suporte necessário. Muitas vezes há cobranças para implementar políticas na sala de aula, mas falta clareza sobre como se coloca em prática. Quando a universidade se aproxima e demonstra esse apoio, isso faz uma grande diferença. Eu valorizo muito a perspectiva de uma educação afro-brasileira, mas quase nunca tenho tempo para me aprofundar na temática. Mas com vocês aqui, posso aprender e também ensinar vocês. (Professor Regente)

Trabalho com educação especial inclusiva e gostei muito de integrar o tema da cultura africana nesse contexto. Acredito que a atividade enriqueceu significativamente o aprendizado. A criação do instrumento foi muito legal, todos se divertiram e interagiram. (Professora auxiliar).

Do ponto de vista docente, as falas revelam que a presença da universidade nas escolas oferece suporte pedagógico essencial, permitindo aos professores maior segurança e respaldo para implementar ações que valorizem a cultura afro-brasileira, em consonância com os princípios da lei n. 10.639 (Brasil, 2003). Professores relataram que, diante das demandas do cotidiano escolar, muitas vezes não possuem tempo ou recursos para aprofundar o tema, e a atuação da universidade se apresenta como uma oportunidade de ampliar práticas pedagógicas antirracistas e decoloniais (Saballa, 2020).

Além disso, a atividade demonstrou que a integração da temática da cultura africana em contextos de educação especial inclusiva enriquece a aprendizagem, promove interação e engajamento de todos os alunos, e evidencia que práticas de valorização da ancestralidade africana podem ser adaptadas para diferentes realidades escolares. Essa experiência reforça a ideia de que o conhecimento afro-brasileiro não é neutro, mas situado historicamente, capaz de produzir saberes próprios (Sabino, Calbino e Lima, 2022; Salles e Santos, 2025).

Nesse sentido, o programa funciona como um movimento negro educador (Gomes, 2017), ao proporcionar atividades que articulam experiência, criatividade e reflexão histórica, promovendo aprendizagens significativas, fortalecendo a identidade negra e contribuindo para a construção de uma educação decolonial e intercultural crítica



(Walsh, 2019). As ações coletivas e práticas pedagógicas insurgentes evidenciam que é possível transformar o espaço escolar em um ambiente de resistência, valorização cultural e construção de sujeitos críticos, cumprindo o papel social da universidade como agente de mudança e fortalecimento das políticas de educação antirracista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, o presente estudo demonstra que o Programa “Universidade no Quilombo” contribuiu significativamente para a valorização e ressignificação das vivências culturais africanas na E.M.E.I.F. Castelo do Saber, evidenciando que os objetivos propostos foram atingidos. Foi possível compreender as percepções de professores e alunos acerca das ações desenvolvidas, identificando que tais práticas promovem o fortalecimento da identidade negra, ampliam a compreensão sobre saberes afro-brasileiros e possibilitam experiências pedagógicas de caráter crítico e transformador.

Além disso, a pesquisa confirmou que a universidade atua como agente de transformação social, oferecendo suporte pedagógico e político que facilita a implementação de uma educação antirracista e decolonial. Dessa forma, o estudo aponta para a necessidade de ampliação de programas semelhantes, de modo a consolidar práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural, fortaleçam epistemologias negras e promovam a equidade no acesso ao conhecimento, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua ancestralidade e preparados para atuar em uma sociedade plural e democrática.

Compreendemos que iniciativas como o Programa “Universidade no Quilombo” materializam os princípios da pedagogia decolonial e uma educação antirracista, ao reconhecerem a centralidade das epistemologias afro-brasileiras e promoverem a transformação das práticas educativas e sociais. Tais ações reafirmam o compromisso ético e político da universidade com a construção de uma educação antirracista, plural e democrática, comprometida com a valorização das diferenças e com a superação das estruturas coloniais que ainda persistem na sociedade e nas instituições escolares. Assim, encerramos este trabalho reafirmando que a articulação entre universidade, comunidade e escola constitui um caminho potente para a consolidação de uma educação verdadeiramente libertadora e comprometida com a justiça social.



REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto. Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL, (2003a). **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003** (Altera a Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996). Presidência da República. Casa Civil.
- CARVALHO, Marcelo. História da educação da população negra: o estado da arte sobre educação e relações étnico-raciais (2003-2014). **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 211-230, 2018.
- GOMES, Nilma ino. **O Movimento Negro Educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.
- MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. **Conversando sobre metodologia da pesquisa científica**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.
- REIS, Diego. CALADO, Maria. Diálogos possíveis entre educação antirracista e decolonial: vozes insurgentes, pedagogias críticas e a Lei 10.639/03. **Cadernos do Aplicação**. Pesquisa e Reflexão em Educação Básica. v. 33, n. 2, 2020.
- SABALLA, Viviane. Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – o papel da Extensão Universitária na formação continuada de professores em interface com a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003: por uma Educação Antirracista. **Revista Educação e Políticas em Debate**. v. 9, n. 3, p. 692 - 707, 2020.
- SABINO, Geruza. CALBINO, Daniel. LIMA, Izabel. A trajetória dos movimentos negros pela educação: conquistas e desafios. **Periódico científico da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília**, Brasil ISSN: 1516-4896 | e-ISSN: 1981-0431 v. 28, 2022.
- SALLES, Fabiane. SANTOS, Mônica. **Interculturalidade e Decolonialidade: vozes brasileiras**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.
- SANTANA, Jaqueline. Aspectos políticos da educação quilombola: currículo e prática pedagógica em discussão. **Interfaces Científicas** v. 4. Edição Especial - Contextos da Cultura. p. 101 – 108, 2015.
- WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)**. V. 05, n. 1, 2019.

